

O artigo que me cabe analisar é de Allen Isaacman e Barbara Isaacman, publicado em 2015 no *Journal of Southern African Studies* e denomina-se “Extending South Africa’s Tentacles of Empire: The Deterritorialisation of Cahora Bassa Dam”. Allen Isaacman é professor regente na Universidade de Minnesota, Estados Unidos, tirou o seu doutoramento na Universidade de Wisconsin e foi distinguido em 2013 pela African Studies Association pelos seus contributos ao desenvolvimento do Continente<sup>1</sup>. Barbara Isaacman é uma antiga advogada criminal, que viveu e lecionou em Moçambique na Universidade Eduardo Mondlane. Publicou nos finais dos anos 70, *Women, the Law and Agrarian Reform in Mozambique* obra pela qual se tornou conhecida e é uma investigadora independente<sup>2</sup>.

Ao longo do artigo os autores demonstram como a barragem de Cahora Bassa foi inicialmente projetada para ser um projeto de desenvolvimento, que permitiria o controlo de cheias e estimularia a agricultura, a silvicultura, mineração, produção industrial, mas ao invés se transformou num projecto de segurança, quer para Portugal, quer para a África do sul.

Ao analisarmos este artigo a primeira coisa que reparamos é na elevada percentagem de fontes orais utilizadas pelos autores. É possível identificar 14 pessoas entrevistadas. Os autores fazem um uso extremamente correto desta fonte, pois a maioria das entrevistas são efetuadas por eles e podem ser consultadas online<sup>3</sup>. Ao disponibilizá-las os autores colocam-se à disposição da crítica como é desejável no mundo académico.

Com a construção da barragem de Kariba, Lisboa percebe que poderia ser possível construir Cahora Bassa. Havia, no entanto, problemas técnicos e logísticos, pois a tecnologia existente não permitia a transmissão efetiva de eletricidade para Joanesburgo a 900km. Cahora Bassa traria assim além de prosperidade uma reafirmação da vontade portuguesa de se manter em África. A tentativa de Portugal se legitimar em Moçambique não era nada de novo e jogava-se também na “arena” da diplomacia internacional. A reforma de 1951 que atribuía a designação de províncias ultramarinas às colónias portuguesas é porventura o exemplo mais conhecido, mas não o único. Entre 1961 e 1966, Portugal empreendeu uma série de reformas, da qual a mais significativa foi a abolição do estatuto do indígena com o objetivo de atribuir a cidadania portuguesa aos nativos de

---

<sup>1</sup> **Fonte:** <https://cla.umn.edu/about/directory/profile/isaac001> [Consultado em: 20-05-2017]

<sup>2</sup> **Fonte:** <http://www.ohioswallow.com/author/Barbara+S+Isaacman> [Consultado em 20-05-2017]

<sup>3</sup> **Disponíveis em:** <https://www.aluka.org/struggles/collection/ISAAC>

África. Contudo estas reformas satisfizeram poucas das pretensões dos africanos, e a maioria dos estatutos discriminatórios que regiam as populações indígenas não foi alterada<sup>4</sup>.

Com o advento da guerra, a construção da barragem tornar-se-á acima de tudo um projeto de segurança quer para Portugal, assim como para a África do Sul. Passará de um projecto com propósitos múltiplos, entre os quais a prosperidade, para um projecto de segurança onde Portugal fornece a preços reduzidos energia à África do Sul em troca de assistência militar para combater a Frelimo. Projetistas acreditavam também que com Cahora Bassa seria muito mais difícil para a Frelimo cruzar o estratégico Rio Zambeze, além de esperarem realojar centenas de antigos soldados e colonos armados ao longo dos bancos do rio, tornando a barragem na primeira linha de defesa contra as guerrilhas.

O projeto provocou ceticismo em Lisboa, especialmente no tesouro e oficiais das finanças. Na África do Sul, os críticos temiam que Cahora Bassa pudesse ser um cavalo de Troia e viesse a colocar a África do Sul em relações incertas com outras nações Africanas. O Primeiro Ministro Verwoerd anunciou em 1966 que por razões estratégicas e económicas apoiaria o projecto, e seis meses depois foi a vez de Salazar anunciar a construção do empreendimento.

Para a construção da barragem de Cahora Bassa foi criada a ZAMCO – Zambeze Consórcio Hidroelétrico Lta, um consórcio internacional com empresas de Portugal, França, Alemanha e Estados, mas sobretudo liderado por pessoas e capitais com origem na África do Sul.

A política da ZAMCO era clara, os brancos tinham de ficar com as posições de autoridade e receber os salários mais altos. Os colonos portugueses eram insuficientes e tinham pouca vontade em mudar-se para Cahora Bassa e a ZAMCO recrutou de outros países e atraiu 150 técnicos de 14 países. Ao longo do artigo os autores não se demovem de fazer comparações entre as políticas da ZAMCO com as vigentes entre outras empresas da África Austral à data. Os testes para contratar trabalhadores eram similares aos que eram feitos para as minas da África Austral e escolhiam brancos para supervisionar que falassem Fangalo, a língua franca das minas sul africanas e tivessem experiência em lá supervisionar e disciplinar<sup>5</sup>. Uma prova de que quem supervisionava os trabalhos

---

<sup>4</sup> Khawas (1972), p. 31.

<sup>5</sup> Isaacman e Isaacman (2015), p. 549

conhecia bem o tecido social da região, está na insistência de Bill Smith, o supervisor Sul Africano de que os trabalhos mais qualificados não apropriados a europeus fossem entregues aos Shangaan. Os Chefes Shangaan usavam a sua influência para conseguirem para si e para os seus dependentes os postos mais bem pagos.

A companhia alojava os trabalhadores num regime de segregação, com semelhanças ao Apartheid vigente na África do Sul. E apesar de os portugueses serem brancos e Europeus não adquiriam o mesmo estatuto de outras nacionalidades “Os portugueses eram brancos, mas não eram considerados brancos: eram quase como os moçambicanos” disse Simões Wetela em antevista aos autores<sup>6</sup>. Enquanto os técnicos tinham acesso às melhores casas, com belos jardins e bons bares onde podiam beber cerveja importada, os trabalhadores mais modestos viviam na chamada cota 90, sem casas de banho, água quente, ou outras necessidades básicas. Tinham de comprar os seus cobertores na loja da companhia e dormir em turnos para maximizar o espaço. Os capatazes faziam turnos de três horas e não existia fronteira entre práticas legais e ilegais tendo sido estendido o tempo de trabalho e desconsiderados os castigos corporais. A segurança e a desconfiança também pairavam sob os trabalhadores, pois quem não trabalhava duro, ou era preguiçoso ou estava sob a influência dos terroristas. A 20 de maio de 1974 irrompe uma greve dos trabalhadores onde conseguem melhorias na ração e um modesto aumento no salário.

Mas a maior ameaça contra Cahora Bassa era a Frelimo que já desde 1968 tinha um plano para travar ou pelo menos tornar mais dura a construção da barragem. Como já vimos a arena era também a diplomacia internacional. Cahora Bassa era apenas mais um passo na direção da legitimação da presença portuguesa em África e obviamente que contou com a oposição da FRELIMO, não só militarmente no terreno, mas também a nível internacional em instâncias como a ONU e a NATO. Em 1970 e 1971 os delegados africanos conseguem da Assembleia Geral da ONU, a adoção de uma resolução a condenar os interesses económicos estrangeiros envolvidos em Cahora Bassa, como um perpetuar da opressão de Moçambique que levaria a grandes tensões internacionais. Apelo ignorado pela maior parte das potências ocidentais que continuaram com interesses em Cahora Bassa, especialmente a Grã-Bretanha, Canadá, França, Estados Unidos, República Federal Alemã e claro a África do Sul<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*

<sup>7</sup> El-Khawass (1972), p. 34

O jogo diplomático decorria também em tempo de guerra fria, e em 1970 Pretória e Lisboa acreditavam que as guerrilhas tinham recebido armas modernas e instrução da União Soviética, China e outros países do bloco de Leste.

Cahora Bassa fazia parte dessa arena e era um projecto de segurança essencial não só para Portugal como também para a África do Sul, que pode ser refletida nas palavras do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane “Batalha não é apenas contra o colonialismo português mas também contra a profana aliança entre Pretória e Lisboa”<sup>8</sup>.

Apesar de Portugal desejar manter uma certa distância do regime do Aparteidh, para demonstrar à comunidade internacional, principalmente à ONU que era um regime colonial diferente do sul africano (bem mais criticado) e da própria África do Sul desejar também manter uma certa distância de Portugal, por acreditar que o domínio português iria terminar mais cedo ou mais tarde e uma cooperação muito vincada poderia colocar em causa as relações da África do Sul com os regimes que substituíssem os portugueses, os laços económicos entre Portugal e a África do Sul foram-se aprofundando. Começaram a aumentar quando foi concedida à Edmudiam Investments uma concessão para exploração de uma mina de cobre no distrito de Tete, e quando o governo Sul Africano aceitou a construir um gasoduto para transportar gás de Moçambique para Witwatersrand<sup>9</sup>. Esta cooperação evoluiu à medida que a situação no terreno também evoluiu com as preocupações com a segurança a ocuparem o topo das preocupações não só de Portugal e África, mas também da Rodésia. Em 1971 estes três países assinam os acordos de Alcora, onde manifestam o seu compromisso em usar toda a força possível contra os terroristas. Os processos de integração regional funcionavam igualmente perante os chamados movimentos de libertação. A ZANU - Zimbabwe African National Union, usava território da Frelimo para incursões na Rodésia e ANC e Frelimo tinham uma direta cooperação militar.

Apesar da Frelimo de ter ao menos tentado dificultar a construção da barragem, esta continuou a avançar sem, contudo, conseguir um dos seus maiores objetivos; manter a Frelimo na margem norte. Em 1972 a inteligência Sul Africana expressa preocupação pelas guerrilhas terem avançado 20 km a sul da barragem e mais de duas mil guerrilhas

---

<sup>8</sup> Isaacman e Isaacman (2015), p. 552

<sup>9</sup> EL-Khawas (1972), p. 33

operavam em ambas as margens do rio Zambeze, “demonstrating that the artificial lake had failed to keep the liberation struggle contained in northern Mozambique”<sup>10</sup>.

A 25 de junho de 1975 Moçambique torna-se independente, e Cahora Bassa passa a ser essencial para o Regime transformar o Rio Zambeze e a vida de milhares de pessoas. No entanto apesar disso pelos acordos de Lusaka apenas 18% da barragem se manteve propriedade de Moçambique com Portugal a ser detentor da restante percentagem. A África do Sul é o principal beneficiário pois é quem continua a receber energia barata. O governo moçambicano lançou um número de novas iniciativas económicas para que Cahora Bassa não fosse simplesmente uma fonte de energia barata para o regime do Apartheid. A África do Sul vai responder a esta nova realidade geopolítica criando a Renamo que irá opor-se à Frelimo. Uma das técnicas da Renamo é atacar os postes elétricos que transportavam a eletricidade de Cahora Bassa para a África do Sul. Aparentemente esta seria uma má estratégia pois como já vimos Cahora Bassa fornecia energia barata à África do Sul, mas uma análise mais cuidada permite perceber a estratégia. Ao atacar os postes elétricos a Renamo destabilizava Moçambique, impedia a Frelimo de aumentar a sua base de apoio, mostrava a debilidade do regime ao mesmo tempo que dava credibilidade política à Renamo. Como desvantagem destruía os postes que transportavam energia barata para a África do Sul, mas como Cahora Bassa apenas providenciava 7% da energia de África do Sul, as vantagens suplantavam largamente as desvantagens.

A estratégia funcionou e o regime do Apartheid conseguiu levar o governo moçambicano às negociações, tendo sido assinado o acordo de Nkomati a 16 de março de 1984, um pacto de não agressão entre Pretória e Maputo. A África do Sul parava a assistência militar à Renamo e Moçambique fechava as bases do ANC no seu território. Um mês depois, Portugal, África do Sul e Moçambique redigiam novo acordo sob o fornecimento de energia com a África do Sul a passar a pagar o dobro pela eletricidade de Cahora Bassa, mas ainda assim bem abaixo do preço de mercado. A África do Sul não deixou, no entanto, de apoiar a Renamo, e só em 1990, uma nova demanda energética na África do Sul faz com que a Renamo parar os ataques e permitir a reabilitação da rede elétrica.

---

<sup>10</sup> Isaacmaan e Isaacman (2015), p. 553

De 1982 a 1997 os cinco principais geradores hydro –elétricos mantiveram-se ociosos e a barragem permaneceu um autêntico elefante branco. Só em 1997 uma produção renovada de energia fez com que Moçambique recebesse rendimento da barragem pela primeira vez em 14 anos, mas pouco mudou. Moçambique continuava com muito pouca soberania em Cahora Bassa. O fim do Apartheid e a chegada ao poder do ANC na África do Sul não vai significar a mudança da situação pois o governo ANC não tinha interesse na renegociação dos contratos em vigor que lhes eram bastante vantajosos. Prova disso são as ocorrências em Outubro de 2002, onde a tensão entre Moçambique e África do Sul aumenta com a HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa a querer cortar o fornecimento à África do Sul, desejo que teve a oposição do primeiro ministro Pascoal Mucumbi, sendo uma das razões o facto de moçambique precisar de divisas. A tensão pode ser descrita nas palavras de Carlos Vegas Angelos da HCB: “Nós temos um acordo de compra de energia que foi estabelecido entre Portugal e a África do Sul em 1969. Muitas coisas mudaram aqui em África. Portugal já não é o país colonial”<sup>11</sup>.

Significativo também foi a mudança para uma economia de mercado efetuada em 1987 por Moçambique em abandono da sua agenda socialista. Moçambique precisava de altos níveis de investimento para um rápido desenvolvimento económico que assentavam numa mão-cheia de megaprojetos de mineração. Uma nova barragem seria também uma forte fonte de receita ao fornecer energia aos vizinhos sedentos da mesma. A barragem de Mphanda Nkuwa começava então a ganhar forma. Esta nova barragem ofereceria também uma vantagem adicional a Moçambique nas negociações com Portugal e África do Sul sobre Cahora Bassa uma vez que iria esvaziar muito do valor estratégico da mesma tornando-a praticamente irrelevante para Lisboa. Cahora Bassa era também para os Moçambicanos símbolo vivo de um passado violento, opressivo e lembrava que a nação ainda não se tinha livrado do jugo colonial. A venda a preços muito reduzidos da eletricidade produzida em Cahora Bassa à África do Sul subvertia igualmente a soberania económica e política de Moçambique. Mesmo após a reabilitação da barragem em 1997/1998 quase toda a energia ia para a África do Sul e a HCB ignorava as necessidades de Moçambique, focando-se em angariar novos mercados na região. Houve quem defende-se a nacionalização da barragem por Lisboa rejeitar todos os acordos, (em parte pela mudança sistemática de governos em Lisboa) mas em 2005, Armando Guebuza,

---

<sup>11</sup> Isaacman e Isaacman (2015), p. 557.

Presidente de Moçambique quer reforçar laços com Portugal. Portugal perante o espectro da ameaça da construção de uma nova barragem que esvaziaria muito da influência de Cahora Bassa e no desejo de manter laços culturais e económicos com Moçambique acaba por transferir a soberania da barragem em 2007 para Moçambique. A este facto não será alheio o facto de Moçambique ter aderido em 1995 à Commonwealth colocando em causa o papel de Portugal como parceiro estratégico Europeu.

Cahora Bassa passa então para o controlo Moçambicano, mas em 2013 apenas 16% dos moçambicanos tinham acesso a eletricidade e muitos nas cidades e vilas não a podiam pagar. Se em 2013, Cahora Bassa gerava 300 milhões de dólares em rendas, os ativistas anti barragem insistiam que o governo tinha alocado apenas uma pequena porção desse rendimento em projetos económicos e sociais no rio Zambeze.

É importante aqui referir que o discurso oficial sobre Cahora Bassa sempre foi o mesmo. Um discurso de prosperidade e desenvolvimento, usado tanto pelo governo colonial português, quer pelo governo moçambicano no período pós-independência. Esse discurso é desmascarado pelo próprio Allen Isaacman em 2005 no seu artigo *Displaced People, Displaced Energy, and Displaced Memories: The Case of Cahora Bassa, 1970-2004*<sup>12</sup>, onde põe a nu as consequências devastadoras da barragem tais como obliteração de aldeias, destruição de campos, incêndios, e causa de falta de alimentos e má nutrição a centenas de pessoas que sobreviveram a ataques e catástrofes de uma maneira ou outra relacionados com a barragem.

Algum investimento sul africano na região da África Austral é considerado não desejável apesar de a região dele necessitar. Dot Keet (2002) observa que quando o Departamento de Comércio e Indústria da África do Sul promove investimentos de capital sul-africanos em África, não é necessariamente aplaudido e há resistência da sociedade civil à expansão das corporações sul-africanas na região<sup>13</sup>. Hein Marais (1998) argumentou que o investimento regional da África do Sul geralmente não tem como objetivo o desenvolvimento industrial<sup>14</sup>. No seu estudo de caso da Shoprite-Checkers (subsidiária sul-africana) na Zâmbia, Darlene Miller (2003) afirma que a perceção dos trabalhadores

---

<sup>12</sup> Issacaman (2005)

<sup>13</sup> Dot Keet Keet, D. (2002). 'South Africa's official position and role in promoting the World Trade Organization', Cape Town: Alternative Information and Development Center op cit. HENTZ (2005) p. 45.

<sup>14</sup> Marais, Hein, (1998), "South Africa Limits to Change: the political economy of transformation". London: Zed. op cit. HENTZ (2005) p. 45.

da Zâmbia é a de que é a África do Sul e não a Zâmbia a beneficiar<sup>15</sup>. Em suma, a política externa regional da África do Sul representa uma tentativa de encerrar seu círculo político. O estado sul-africano não é monolítico e as suas relações regionais refletem a atração política de diferentes interesses<sup>16</sup>.

## Conclusão

Barragem de Cahora Bassa desempenhou uma dupla função de funcionar como estrutura de segurança mas também de desenvolvimento. Contudo a sua principal função tende a ser a segurança, como prova o facto de Portugal ter encorajado a África do Sul a estender a sua presença apesar das suas preocupações com infracções à soberania portuguesa. A função de segurança da barragem falhou no caso português; não só não impediu a Frelimo de aumentar a sua base de apoio como a Frelimo em 1972 já operava em ambas as margens do rio. No caso Sul Africano o balanço é positivo, ou pelo menos com um sucesso relativo. Não só forneceu energia barata durante décadas, como lhe permitiu levar um governo de Moçambique já independente à mesa das negociações acordando o desmantelamento de bases do ANC (o que não significa necessariamente que tenha sido cumprido).

A desterritorialização envolveu não só a imposição do poder político e económico, mas também das práticas sociais e culturais do regime do Apartheid. Afetou as relações entre Portugal, África do Sul e Frelimo, pré e pós-independência. Mesmo após a independência de Moçambique em 1975, os interesses da África do Sul estavam intrincados em Cahora Bassa.

Os cidadãos de Moçambique não retiraram grandes benefícios deste maciço projecto hidro-elétrico. Apesar de vender energia barata ao seu vizinho a maioria dos moçambicanos não tem acesso a este recurso ou não o conseguem pagar. Contudo o aproveitamento do fluxo do rio para satisfazer as necessidades Sul Africanas privará durante séculos as comunidades rurais do vale do rio Zambeze de nutrientes que sustentam a vida e a agricultura.

---

<sup>15</sup> Miller, D. 2003. 'South African multinational corporations (MNCs) and regional claim-making in post-apartheid Southern Africa: a case study of the retail workers at Shoprite-Checkers in Zambia', North East Workshop on Southern Africa, Vermont, Center op cit. HENTZ (2005) p. 45

<sup>16</sup> Hentz (2005), p. 46



E Mphanda Nkuwa? Recebeu apoio do banco mundial, assim como de investidores de Africa do Sul, Brasil e China e os planos para a nova barragem avançam com muita polémica à mistura.

Bibliografia:

El-Khawas, M. (1972), “Mozambique and the United Nations” in *A Journal of Opinion*, vol. 2, no. 4, 1972, pp. 30–35. *JSTOR*, [www.jstor.org/stable/1166491](http://www.jstor.org/stable/1166491)

Hentz, J. (2005) “South Africa and the Political Economy of Regional Cooperation in Southern Africa”, in *The Journal of Modern African Studies*, 43(1), pp. 21-51. <http://www.jstor.org/stable/3876258>

Isaacman, A. (2005) “Displaced People, Displaced Energy, and Displaced Memories: The Case of Cahora Bassa, 1970-2004”, in *The International Journal of African Historical Studies*, 38(2), pp. 201-238. <http://www.jstor.org/stable/40034919>

Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara (2015), “Extending South Africa’s Tentacles of Empire: The Deterritorialisation of Cahora Bassa Dam”, in *Journal of Southern African Studies*, vol.41, No.33, pp. 541 – 560

Anexos



